

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## NOVA INFORMALIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM-PA

Válber de Almeida Pires<sup>1</sup>

Maria Cristina Maneschy<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Os estudos contemporâneos sobre informalidade se deparam com o desafio de apreender o fértil debate teórico que cerca este tema desde a década de mil novecentos e sessenta, com a questão da atualidade desta teoria e com a própria validade do termo informal para caracterizar certos processos inerentes ao mercado de trabalho e à atividade econômica. Apesar de reconhecer a importância do enfrentamento destas questões de cunho teórico e epistemológico, o presente estudo<sup>3</sup> representa um esforço de aplicação e desenvolvimento de uma vertente teórica que se apresenta como alternativa às vertentes clássicas da informalidade: a teoria da nova informalidade. Por isso, não se propõe a aprofundar este debate, mas ao aprofundamento das possibilidades teóricas e metodológicas desta vertente.

Para facilitar a leitura do texto, este artigo está estruturado em três tópicos: o primeiro, intitulado postulados teórico-metodológicos; o segundo, resultados empíricos do estudo; e, o terceiro, que trata das considerações finais.

### 2. POSTULADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este estudo conciliou elementos das teorias da nova informalidade e da reprodução social. A elas, foram associados elementos das teorias da identidade e das

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela UFPA (Universidade Federal do Pará)

<sup>2</sup> Professora da UFPA, Doutora em Sociologia

<sup>3</sup> Este artigo é baseado na tese intitulada *Nova informalidade entre os vendedores autônomos do centro comercial de Belém e o caso do Espaço Palmeira*, de autoria de Válber de Almeida Pires e orientada por Maria Cristina Maneschy.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

representações sociais, utilizadas como recursos teórico-metodológicos na análise e compreensão das repercussões subjetivas da globalização sobre o comércio informal praticado por trabalhadores autônomos no Centro Comercial de Belém (CCB).

O CCB foi escolhido como campo deste estudo por três motivos: pelo volume de trabalhadores autônomos ocupados nesta atividade, o maior da cidade; pela simbologia da atividade nesta área, marcada por intensos conflitos entre estes trabalhadores e outros setores públicos e civis da sociedade local; e, por outros estudos desenvolvidos pelo autor nesta área.

Além dos levantamentos bibliográficos, os dados deste estudo são o resultado de diversas pesquisas de campo desenvolvidas entre 2004 e 2014 junto aos trabalhadores autônomos do comércio informal do CCB. Na última pesquisa, realizada entre 2011 e 2014, foram feitas quarenta e cinco entrevistas em profundidade com os trabalhadores do Espaço Palmeira, espaço destinado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para a prática do comércio informal no CCB. A escolha deste espaço se deveu à percepção de que eram maiores as chances de conseguir aí os dados que possibilitassem visualizar a existência de uma nova informalidade em desenvolvimento no CCB. A figura 1 (Anexo) mostra, de modo resumido, como se estruturou a metodologia deste estudo.

## **2.1. A NOVA INFORMALIDADE**

O postulado teórico básico da teoria da nova informalidade foi formulado pelo sociólogo costa-riquenho Pérez-Sáinz em vários estudos ao longo dos anos noventa. Nestes, aborda os processos recentes de informalidade como produto das dinâmicas do capitalismo globalizado. Estas dinâmicas envolvem as reestruturações produtivas, econômicas, sociais, culturais e políticas pelas quais passam o sistema.

Destoando das abordagens anteriores que tomavam a informalidade como produto do desenvolvimento incompleto do capitalismo em regiões periféricas, ainda que subordinada a ele, a abordagem da nova informalidade sustenta que os novos processos informais estão inscritos na própria lógica de reprodução social e acumulação econômica do capitalismo globalizado. Ademais, as categorias teóricas derivadas das duas principais vertentes teóricas

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

da informalidade, a da PREALC e a regulacionista, passaram por um processo de esvaziamento do seu poder heurístico em virtude das novas configurações do capitalismo (PÉREZ-SAINS, 1998).

O esquema analítico originado da PREALC, por exemplo, que tende a distinguir o informal pelo critério da unidade produtiva, perdeu poder explicativo com a emergência de empresas, conglomerados de pequenas empresas, prestadoras de serviço ou terceirizadas, as quais mobilizam consideráveis quantidades de recursos financeiros, guiam-se por uma lógica da acumulação e do lucro, são dinâmicas e intensivas em tecnologia e se tornaram centrais no novo modelo de acumulação de capital baseado nos processos de flexibilização produtiva e do mercado de trabalho.

Por sua vez, o esquema analítico regulacionista, que tendeu a privilegiar a regulação estatal dos mercados de trabalho como critério de distinção entre o formal e o informal, encontra-se superado diante das novas dinâmicas do mercado de trabalho. Estas dinâmicas, dentre outros, assentam-se na ampliação dos autoempregos, da autoocupação informal, do trabalho precarizado decorrente dos processos de pauperização e de redução estrutural da capacidade de absorção da força de trabalho pela empresa capitalista, isto é, da capacidade limitada de integração do novo modelo (PÉREZ-SÁINZ, 1998).

Deste modo, a teoria da nova informalidade propõe o estudo dos processos informais atuais como "fenômenos inéditos que os enfoques tradicionais não podem captar, dada a sua perspectiva histórica" (PÉREZ-SÁINZ, 1998, p.66). Tais fenômenos estão inscritos na natureza do capitalismo globalizado e expressam esta natureza: o modelo de acumulação flexível, a crise da sociedade salarial, a estrutural redução dos mecanismos de absorção e integração social da força de trabalho.

Portanto, informalidade contemporânea tem uma especificidade: as formas por ela assumida são desdobramentos das dinâmicas do capitalismo globalizado, e estas formas se manifestam tanto nas dinâmicas objetivas quanto subjetivas dos processos informais. Daí a importância de conciliar a teoria da nova informalidade com a da reprodução social.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## 2.2. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E CULTURA DE CLASSE

Os postulados básicos sobre os quais repousa a teoria da reprodução social dizem que as ações sociais dos agentes socializados são ações estratégicas, pois voltadas para a reprodução social. Esta racionalidade é fruto do processo de socialização, o qual resulta das relações constituídas e das posições ocupadas pelos agentes no interior da estrutura social. Deste modo, às posições objetivas ocupadas na estrutura social pelos agentes socializados correspondem tomadas subjetivas de posições. Do mesmo modo, às práticas objetivas dos agentes correspondem subjetividades práticas (BOURDIEU 1979, 1983, 1996, 2004, 2011; DUBAR, 2005). Disso decorre que às mudanças objetivas operadas na estrutura da vida social devem corresponder, também, mudanças subjetivas.

Destarte, para operacionalizar metodologicamente a análise das mudanças objetivas e subjetivas da globalização sobre a atividade informal foco desse estudo, um conceito chave emprestado a esta teoria é o de trajetórias sociais. Por este conceito, entende-se o montante de capital, em termos de volume e composição, de que os particulares (agentes socializados) conseguem se apropriar ao longo da sua história (BOURDIEU 1979, 1983, 1996, 2004, 2011; GUIMARÃES, 1992; DUBAR, 2005). Objetivamente, o capital se manifesta sob a forma econômica, social, cultural e simbólica. Assim, as estratégias sociais elaboradas pelos agentes socializados visam à aquisição destas formas de capital.

Deste modo, a apreensão das expressões objetivas e subjetivas da globalização sobre a atividade estudada passa, empiricamente, pela análise da composição destes tipos de capitais.

Importa ressaltar que, ao longo do processo de socialização, os agentes adquirem uma cultura de classe que é constituída por *habitus*, representações e identidades sociais (BOURDIEU 1979, 1983, 1996, 2004, 2011; DUBAR, 2005; PIRES, 2014). Esta cultura de classe é, também, um capital cultural do qual o agente socializado se utiliza para elaborar estratégias.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

De acordo com Bourdieu, os *habitus* são fundamentos de ação, na medida em que constituem desejos ou disposições interiorizadas ao longo do processo de socialização que orientam as estratégias dos agentes socializados no interior do espaço por eles ocupados.

Por sua vez, o conceito de identidade pode ser definido como “um construto social que se refere a uma série de *personas* sociais, incluindo *status*, papéis, posições, relacionamentos e outras identidades institucionais que uma pessoa pode desejar reivindicar para si ou atribuir a outras no curso da vida social” (BASTOS, 2002, p.159). Assim, as identidades são autorepresentações que os indivíduos fazem de si, por meio das quais se apresentam aos demais agentes e nos diferentes contextos sociais com os quais interagem.

Quanto às representações sociais, estas são informações e conhecimentos práticos que formam “teorias do senso comum”. Tais “teorias do senso comum” constituem um estoque de capital cultural acumulado do qual os agentes socializados lançam mão para promover uma leitura da sua realidade, comunicar-se, interagir e construir estratégias eficientes de reprodução social (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1978; ALVES-MAZZOTTI, 1994).

Estes três conceitos constituem o universo da subjetividade prática dos agentes socializados, isto é, o conjunto de recursos subjetivos que utilizam para planejar ações reprodutivas, interpretar a realidade e atribuir sentido e importância às suas práticas.

## 2.3. PROBLEMA E HIPÓTESE

O comércio informal praticado por trabalhadores autônomos no CCB se tornou uma expressão da questão social da cidade a partir do final dos anos de mil novecentos e quarenta, quando o Ciclo da Borracha entrou em decadência. No histórico desta atividade formulado por Pires (2014), constata-se que, neste período, já haviam dezenas de trabalhadores ocupados nesta atividade na área. Deste período até os anos de 1980, houve uma lenta, mas contínua expansão desta atividade.

Contudo, no final dos anos oitenta e início de mil novecentos e noventa o lento processo de crescimento foi rompido e se observou uma acelerada expansão do contingente de

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

trabalhadores informais no CCB. Na metade dos anos oitenta, este crescimento coincidiu com a crise econômica que o Brasil enfrentava. Porém, o acelerado crescimento deste comércio ao final dos anos oitenta e na década seguinte está associado à abertura da economia brasileira e à adesão do Brasil ao neoliberalismo (AVERBUG, 1999; MANCUSO, OLIVEIRA, 2006).

As impressões iniciais sugerem que o processo de abertura econômica e inserção nacional nos circuitos do capitalismo globalizado impactaram não somente o volume de pessoas dispostas nesta atividade, mas as próprias estratégias sociais destes trabalhadores, a dinâmica e organização da atividade.

Considerando estas informações, entende-se que o problema deste estudo pode ser assim formulado:

(1) Existe uma nova informalidade no CCB? Se a resposta a esta pergunta for positiva, como as impressões iniciais permitem deduzir que sim, então (2) a) como se manifesta a nova informalidade no CCB? b) por quais agentes sociais esta nova informalidade está sendo alimentada e c) como esta nova informalidade afeta as estratégias e trajetórias de classe destes trabalhadores? (3) O que mudou e o que permanece do antigo nesta nova informalidade?

Os desdobramentos das questões acima propostas, ancoradas nas teorias e conceitos que orientam este estudo, sugerem a seguinte hipótese:

As mudanças operadas no espaço social belenense em função da globalização a partir da década de noventa implicaram em mudanças no comércio autônomo e informal praticado pelos trabalhadores ambulantes do CCB que inseriram esta atividade na lógica da nova informalidade. Esta mudança de base material, além de mudanças políticas, implicou em mudanças de base cultural, concorrendo para a validade da teoria que sustenta que às estruturas sociais objetivas correspondem estruturas subjetivas socialmente objetivadas e que às mudanças que se operam numa operam, do mesmo modo, mudanças na outra.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

## 3. RESULTADOS EMPÍRICOS DO ESTUDO

Os resultados empíricos do estudo estão divididos em três grupos: aspectos históricos da nova informalidade, aspectos objetivos da nova informalidade e aspectos subjetivos da nova informalidade no CCB.

### 3.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA INFORMALIDADE NO CCB

A análise histórica foi dividida em duas fases: uma, de 1950 a 1989, denominada de fase da informalidade clássica; outra, de 1990 a à atualidade, denominada fase da nova informalidade. O objetivo fundamental é evidenciar as transformações que a atividade sofreu na passagem da década de oitenta para a de noventa como resultantes da globalização e compreender as suas repercussões práticas tanto objetivas quanto subjetivas.

#### 3.1.1. O crescimento do contingente instalado no comércio informal autônomo no CCB

As pesquisas mostraram que o crescimento do contingente de trabalhadores autônomos dedicados ao comércio informal no CCB foi de 97,5% da metade dos anos oitenta ao início de mil novecentos e noventa; de 59,0% de 1991 a 1997; de 59,0% de 1997 a 2006; e, de 154,0% de 1991 a 2006.

Portanto, a crise dos anos oitenta, de caráter regional, uma vez que atinge, praticamente, todos os países latino-americanos (PÉREZ-SÁINZ, 1998), desencadeou o primeiro grande crescimento de pessoas no comércio informal autônomo no CCB.

Nos anos noventa, os impactos da crise econômica, da reestruturação política do país e da reestruturação empresarial continuaram alimentando esta atividade com contingentes elevados de pessoas oriundas, fundamentalmente, dos estratos subalternos da sociedade -E, D e C. São os *novos pobres*, trabalhadores que não encontravam espaço ou que foram expulsos dos seus empregos ou ocupações no setor formal e que formam um dos contingentes da nova informalidade de subsistência (PÉREZ-SAINZ, 1995, 1996; CASTEL, 2005; ALVES, 2007).

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Contudo, não se pode afirmar que estas pessoas sejam fruto apenas da redução estrutural das bases integradoras da economia, mas também de uma crise da sociedade salarial belenense na dimensão da cultural do salariedade, como se evidenciará mais adiante.

### 3.1.2. Alteração nas estratégias de vendas

A alteração nas estratégias de venda está associada aos tipos e à origem dos produtos comercializados pelos vendedores autônomos do CCB, fato que se deve à abertura econômica dos anos noventa. Este fenômeno experimentou dois momentos do início dos anos noventa aos dias atuais: a "*febre dos importados*" e a "*febre das roupas*".

A "febre dos importados" foi o fenômeno da venda generalizada de produtos de procedência chinesa importados do Paraguai, o qual durou do início dos anos noventa ao início dos anos dois mil. Até os anos oitenta, entre estes trabalhadores, prevalecia a venda de produtos artesanais locais (roupas, bolsas, calçados), da culinária regional (comidas típicas), miudezas e alguns produtos industrializados produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM), dos quais se destacavam relógios, rádios, óculos, pulseiras, brincos etc.

No auge da "febre dos importados", eram comercializados de aparelhos eletrônicos como *microsistem*, televisores portáteis e aparelhos de DVDs, CDs, DVDs, filmes, pilhas, telefones convencionais e celulares, entre outros produtos "pirateados" de grande aceitação popular.

Esta "febre" foi estancada em função de dois fatores: primeiro, a repressão do Governo Federal sobre o contrabando de produtos industrializados; segundo, a instalação, no CCB, por comerciantes asiáticos chamados pelos ambulantes, genericamente, de "chineses", de dezenas de lojas de produtos importados, as quais passaram a vender produtos similares aos vendidos pelos trabalhadores autônomos, porém, com preços mais baixos.

A crise da "febre dos importados" levou a maioria dos trabalhadores a mudar suas estratégias de venda e passar a comercializar um novo produto: roupas. A venda deste produto pela maioria destes trabalhadores, na atualidade, faz com que muitos chamem a este momento de "febre das roupas".



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Um aspecto importante deste novo momento é quanto à origem destes produtos. Se até os anos oitenta havia uma mescla de produtos locais e de produtos industriais da ZFM, os anos noventa e a primeira metade da década de 2000 foram marcados pela hegemonia dos produtos importados do Paraguai/China. A crise da "febre dos importados" gerou uma revalorização de produtos locais: as roupas vendidas por estes agentes são oriundas, em grande parte, da produção local. No caso do EP, muitos produzem suas próprias mercadorias: cerca de 49,0% oferecem produtos produzidos por eles mesmos. Outros, adquirem junto a produtores locais: cerca de 22,0%.

É importante salientar que estes produtos não se resumem às roupas, mas envolvem outros produtos artesanais, tais como calçados, cintos, bolsas, carteiras portacédula, artigos de cultura alternativa (brincos, cordões, pulseiras), entre outros.

Esta tendência contemporânea à produção própria é mais visível dentro dos espaços destinados pela PMB para abrigar estes trabalhadores e é entendida como irreversível por muitos deles. Este fato gera vaticínios de um dos líderes da categoria: “escreve o que eu to te dizendo: o camelô tá em via de extinção e tende a desaparecer” (RAMALHO, 2014).

Portanto, em dois momentos a globalização afetou as estratégias destes agentes: no início dos anos noventa, com a abertura econômica que possibilitou acesso aos produtos importados a baixo preço; e, na segunda metade dos anos dois mil, quando esta mesma abertura favoreceu a instalação de empreendimentos comerciais diretos de empresários asiáticos no CCB. No primeiro momento, sacrificou-se a pequena produção local e a estratégia de venda passou a ser, mormente, de produtos importados. Com a crise, a produção local voltou a ser valorizada e as estratégias de venda são variadas, mas, dentro dos novos espaços de comércio informal no CCB, é cada vez mais forte à tendência à produção própria de mercadorias e à venda de produtos produzidos localmente.

### **3.1.3. Alteração das estratégias políticas da categoria**

Até o início dos anos noventa, os trabalhadores autônomos dedicados ao comércio informal no CCB eram representados, politicamente, pelo Sindicato dos Feirantes de Belém.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O elevado crescimento desta de trabalhadores desencadeou uma crise política dentro deste sindicato e os vendedores resolveram fundar uma entidade representativa própria. Foi esta crise que levou à criação da Associação dos Ambulantes do Centro Comercial de Belém (AACCB), no dia 12 de abril de 1991.

Posteriormente, em 1996, com o continuado crescimento do contingente destes trabalhadores no CCB, nova crise política, agora dentro da própria categoria, levou à criação do Sindicato dos Trabalhadores do Mercado Informal de Belém (SINTMIB).

Nos anos 2000, especialmente após 2008, quando tem início um processo de reorganização espacial da categoria, foram criadas mais duas entidades: a Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém (ATICHB), fundada em 21 de agosto de 2008, e o Sindicato dos Pequenos Empreendedores do Estado do Pará e Amapá (SINDPEESPA), criado em 05 de outubro de 2011.

As duas últimas representam, principalmente, os trabalhadores instalados em espaços destinados pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para o comércio informal autônomo: no caso da ATICHB, representa os trabalhadores do Espaço Palmeira (EP) e, no caso do SINDPEESPA, os trabalhadores do Espaço da 25 de Setembro.

As bandeiras de luta destas entidades, de modo geral, são: organizar os trabalhadores ambulantes do CCB, lutar pelos seus interesses, representá-los perante o poder público e a sociedade e, fato importante, lutar para tornar o trabalho nas vias públicas uma atividade legítima. Saliente-se que estas entidades não se opõem à retirada dos trabalhadores das vias públicas do CCB, contudo, exigem que sejam destinados espaços dignos e viáveis economicamente para que possam exercer a atividade e sobreviver dela.

Esta organização e mobilização política resultou em várias conquistas para a categoria: além de resistir com sucesso à maioria das tentativas de retirada destes trabalhadores das vias públicas do CCB -segundo registros destes trabalhadores, foram 21 operações do tipo de 1989 a 2008-, houve também conquistas em termos de políticas públicas e a criação de um estatuto jurídico próprio pela PMB.

Hoje, além do Código de Posturas do Município, ou Lei nº 7.055, que data de 30 de dezembro de 1977, há a Lei nº 7.624/93 e a Lei Ordinária nº7.882/97. A penúltima

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

dispunha sobre a criação do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento e sua importância reside no fato de que reconhece os vendedores autônomos como uma categoria diferenciada da categoria de feirantes em Belém. Já a Lei Ordinária nº7.882/97 consagra a categoria e a atividade por ela exercida ao dispor sobre o comércio ambulante em Belém. É com base nesta Lei que tanto eles quanto a prefeitura se baseiam para organizar a atividade.

Do que foi exposto neste tópico, pode-se concluir que, primeiro, o crescimento numérico da categoria, estimulado pelas reestruturações econômica, política e empresarial dos anos noventa, conduziu, também, a uma mudança eficaz de estratégia política. Segundo, que esta nova estratégia resultou em conquistas políticas e jurídicas que consagraram historicamente e normativamente esta categoria como parte integrante da estrutura social local. Tais conquistas refletem, em última instância, um processo de reestruturação da própria sociedade belenense.

### **3.1.4. Reorganização espacial da categoria: capital econômico e simbólico**

A reorganização espacial do comércio informal autônomo no CCB é outro desdobramento da nova informalidade. Até 1990, a atividade se concentrava em vias como a Av. Portugal, as ruas João Alfredo e Santo Antônio e a Av. Presidente Vargas. O crescimento da atividade nos anos noventa a espalhou para a maioria das vias do CCB. Atualmente, a prefeitura busca organizar a categoria em espaços destinados ao comércio informal, fato que está associado à organização política da categoria e à mudança de postura da PMB.

Como já se salientou, a organização espacial da atividade é causa defendida pelas próprias entidades que representam estes trabalhadores. Isso significa que tais agentes não se opõem à organização da atividade em espaços destinados a tal fim, porém, exigem que sejam espaços adequados para o exercício da atividade. Esta postura impõe a pergunta: porque eles não se opõem em sair das vias públicas? O quadro 1 ajuda a responder a esta questão.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

**Quadro 1.** Opinião dos trabalhadores do Espaço Palmeira sobre os pontos positivos e os pontos negativos da transferência para este espaço. Belém, 2014.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não pega mais sol nem chuva, apontados por mais de 90%;</li><li>• Não precisa mais armar as barracas todos os dias;</li><li>• Não precisa mais arrumar as mercadorias para expor nas barracas e, depois, arrumar de volta nos baús;</li><li>• Não precisa mais acordar de madrugada para chegar antes das sete ao local de serviço e arrumar as mercadorias;</li><li>• Não precisa mais pagar carregador;</li><li>• Não precisa mais pagar depósito;</li><li>• Não paga aluguel pelo ponto;</li><li>• Não fica mudando de um lugar para outro;</li><li>• Não há repressão como havia na rua.</li><li>• Tem um endereço comercial fixo;</li><li>• Seu estabelecimento tem um nome;</li><li>• O crédito é facilitado por ter endereço comercial fixo;</li><li>• As mercadorias são mais valorizadas;</li><li>• O trabalho é mais valorizado;</li><li>• O trabalhador é mais valorizado;</li><li>• Goza de mais respeito e credibilidade perante a sociedade;</li><li>• A visão da sociedade melhorou;</li><li>• Atribuiu mais dignidade e valor ao trabalhador;</li><li>• Melhorou a autoestima e passou a ter metas de crescimento;</li><li>• Tornou-se um cidadão;</li><li>• Tornou-se empreendedor individual;</li><li>• Deixou de ser camelô.</li><li>• Tem uma identidade;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A falta de clientes, apontada por mais de 90%;</li><li>• O tamanho dos boxes, pequenos para comportar as suas mercadorias;</li><li>• A cobertura, feita em material sintético que não somente absorve como também armazena calor, de modo que isso gera um micro-clima no interior do espaço que é sempre quente e abafado;</li><li>• O chão, que foi feito em cimento cru e ralo, o qual está cheio de buraco e se desfazendo;</li><li>• O desconforto do local;</li><li>• A segurança do local, que é bastante precária;</li><li>• A ausência de divulgação do espaço;</li><li>• O abandono do espaço por parte do poder público municipal;</li><li>• A falta de democracia da parte da prefeitura, que não ouve as sugestões dos trabalhadores;</li><li>• A falta de atrativos, como caixas eletrônicas, agência lotérica, praça de alimentação, entre outros, que poderiam fazer circular mais clientes pelo interior do espaço;</li><li>• A demorada reforma pela qual o EP está passando, a qual já demora um ano e meio, e está parada há um ano;</li><li>• Como decorrência, a queda das vendas e dos rendimentos.</li></ul>

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados acima e das pesquisas qualitativas permitem afirmar que são várias as razões pelas quais estes trabalhadores não se opõem em sair das vias públicas, mas todas elas se associam aos ganhos de capital econômico e, principalmente, simbólico nestes espaços.

Dois relatos apresentados abaixo ilustram bem esta conquista de capital econômico e simbólico que estes espaços representam para muitos destes trabalhadores. Nos dois, a pergunta feita foi: se lhe fosse dada a oportunidade de voltar para as vias públicas, o que você escolheria, voltar ou ficar no EP? A resposta de Corina Campos, uma das trabalhadoras do EP, foi:

**Nunca mais vias públicas! Sem chance! [Porque?]**... - Aqui não chove, o sol não bate na minha cara diretamente... tem a quentura, né?! Mas... barraca velha suja muito as coisas, plástico tem que envolver, é, é... um... um monte de história... a mercadoria é desvalorizada, entendeu?! Então e... eu acho que... **nada a ver voltar para as vias públicas, pra mim já foi, o progresso chegou, nunca mais!** (CAMPOS, 2012)

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Outro relato, no qual se sobressai a importância do espaço enquanto capital simbólico, é o de Dona Teodora:

Ficar no Espaço Palmeira. **Porque o trabalho na via pública não valoriza a pessoa.** As pessoas olham e dizem: “olha aquele ali no meio da rua”. Então, isso **não valoriza a pessoa, não... não é valorizada, não tem nem um nome, pensam que é um... um qualquer, que é barraqueiro, baixo nível.** Não é como ter uma lojinha, entende?! e as pessoas dizerem: “ah!, vamos lá na loja da fulana, ou... vamos na loja tal”... Não! **Como é que a pessoa vai dizer: “vamos lá no meio da rua com aquilo ali”, então, isso não é bom** (DONA TEODORA, 2014).

O capital simbólico, de acordo com Bourdieu, está associado ao valor pessoal e social dos agentes socializados. É aquele capital que dota de sentido a vida e a atividade social dos agentes. Além dos relatos e dados acima, onde fica patente a relevância deste tipo de capital para estes agentes -"o trabalho na via pública não valoriza a pessoa"- , outras mudanças culturais apontam para a busca deste tipo de capital por estes agentes na atualidade, como se verá em outra parte deste estudo.

Deste modo, a não oposição das entidades representativas e dos próprios trabalhadores à organização em espaços específicos da categoria precisa ser compreendida como parte desta estratégia de conquista de capital econômico e simbólico.

Outrossim, a mudança de postura do poder público também tem contribuído para esta reorganização espacial. Em termos teóricos, esta mudança decorre da própria natureza do capitalismo globalizado e, por este viés, da própria natureza da nova informalidade: como parte da nova engrenagem do capital, diferentemente do que ocorria anteriormente, a informalidade passa a ser compreendida como não sendo mais superável. Assim, ao invés de o poder público adotar uma postura de combate, defende-se, hoje, que adote uma postura de qualificação da informalidade.

Em termos empíricos, esta nova postura do poder público tem se manifestado na criação de políticas públicas, ações e na tentativa de integrar, juridicamente, os informais. Nesta direção, em Belém, a PMB criou o Fundo Ver-o-Sol, que destina uma pequena quantidade de empréstimo ao pequeno empreendedor autônomo como capital inicial. O SEBRAE oferece diversos cursos de capacitação aos membros da categoria e o Governo

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Federal, por meio da Lei Complementar nº128/2008 art.18, popularmente chamada de Lei do Microempreendedor Individual, tenta integrar juridicamente estes trabalhadores ao sistema de proteção social oficial.

Contudo, a ação da PMB que mais se aproxima desta política de qualificação da atividade informal no CCB é a de ordenação espacial da categoria. Em 2008, os trabalhadores da Av. Presidente Vargas foram retirados desta área após uma ordem judicial. De lá em diante, foram criados quatro espaços de comércio informal autônomo no CCB: o EP, o Espaço da 25, o Espaço da Praça Barão do Guajará e o Espaço do Terreno do Basa.

Contudo, a estrutura destes espaços é precária e, assim, são espaços que prejudicam a atração de clientes, que não oferecem conforto aos trabalhadores, alguns, como o caso do Espaço do Terreno do Basa e da Praça Barão do Guajará, que não possuem estrutura mínima de saneamento e, por fim, que, em virtude destas limitações, assemelham-se a espaços de segregação espacial, entendidos como espaços de confinamento de agentes indesejados para a sociedade.

## **4. DAS PRÁTICAS OBJETIVAS ÀS SUBJETIVIDADES PRÁTICAS**

Nesta parte do artigo, feita a síntese dos impactos mais importantes da globalização sobre as práticas objetivas dos trabalhadores informais autônomos do CCB, interessa, agora, analisar os impactos sobre as subjetividades práticas dos mesmos.

Duas considerações importantes neste momento devem orientar a melhor compreensão do leitor. Primeiro, que a quase totalidade dos agentes desta atividade é oriunda dos estratos sociais subalternos da sociedade: 90% dos pais e mais de 90% das mães dos trabalhadores entrevistados desenvolviam atividades autônomas e de subsistência, de baixa remuneração, baixo capital cultural e com pouca expressividade simbólica na sociedade.

Segundo, ter em conta que o comércio informal autônomo é entendido, na literatura sobre a informalidade, como uma atividade de subsistência. Por esta, entenda-se uma atividade não intensiva em capital, que tem por finalidade gerar ocupação e renda e que se orienta por uma lógica da subsistência mais do que do lucro.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Dada a origem familiar e dado o fato destes trabalhadores permanecerem instalados em uma atividade de subsistência, uma terceira consideração importante é que os mesmos mantiveram inalterado o estoque de capital herdado da família e tal estoque, em suas formas objetivas e subjetivas, foi decisivo na adoção do comércio informal como estratégia de reprodução social.

Ante o exposto, analisasse, a seguir, de que modo as novas dinâmicas do capitalismo globalizado impactaram o conteúdo das subjetividades práticas destes agentes. Neste sentido, os resultados das pesquisas desenvolvidas indicam alterações em três dimensões do capital cultural e simbólico: as identidades ocupacionais, os *habitus* e as representações sociais destes agentes.

## 4.1. MUDANÇA NAS IDENTIDADES OCUPACIONAIS

A mudança principal na auto-representação ocupacional dos trabalhadores autônomos do comércio informal no CCB está diretamente ligada a um fenômeno do "novo espírito do capitalismo" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) globalizado: a cultura empreendedora.

Esta cultura está sendo trabalhada por diversas instituições junto a estes trabalhadores, com destaque para entidades representativas como a ATICHB e o SINDPEESPA, para a PMB, através da Secretaria de Economia de Belém (SECON), para o SEBRAE e para o Governo Federal.

A PMB, por meio da SECON, cadastra os trabalhadores dos novos espaços como microempreendedores individuais, e estimula que eles adiram ao programa de Microempreendedorismo Individual do Governo Federal. O mesmo fazem a ATICHB e o SINDPEESPA. O SEBRAE também, constantemente, envia representantes para oferecer cursos de venda, relações pessoais e microempreendedorismo para estes trabalhadores. O relato de Raimundo Heleno, representante da ATICHB, é ilustrativo da atuação destas instituições junto a estes trabalhadores na promoção da cultura empreendedora. Ele fala sobre

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

a sua adesão ao microempreendedorismo e de quais as vantagens que ela trouxe para a sua vida, quando, então, reporta-se à situação de outros colegas:

Eu lamento muitos amigos meus, colegas meus, tem uns em situação difícil porque tão... num é que eles não tenham vontade, é que não tem quem incentive eles, entendeu?! A ir no SEBRAE, é tanto curso bom que tem no... no SEBRAE aí, a pessoa tem um acesso a novas ideias, renovar suas ideias, como eu te falei a agora há... há pouco, eu através do SEBRAE, eles abriram as minhas ideias, me incentivaram a aderir ao empreendedor individual [*Quem foi que trouxe o SEBRAE para cá?*]... - Foi ooo, na época ele era coordenador, Roberto [*Coordenador, mas de qual órgão?*]... - Coordenador do SEBRAE mesmo [*Foi por convite ou eles vieram espontaneamente?*]... -Pelo que eu sei, eles mesmo, porque o SEBRAE faz este trabalho... recentemente eles fizeram... ano passado, que eles se instalaram na... ooo... a... como é?... é tipo uma feira, um espaço grande deles itinerante, entendeu!?, porque como muito trabalhador informal tem essa dificuldade, que não quer sair do seu local de trabalho para ir até o SEBRAE, o SEBRAE sempre vem até o trabalhador. Ano passado eles se instalaram na Praça da Bandeira em pleno centro comercial lá, e pelo que eu soube muito trabalhador daquela área lá, trabalhador informais de outros bairros que trabalha na informalidade foram lá se formalizar, aderir ao empreendedor individual através do SEBRAE [*Pergunto: a Associação (ATICHB) já fez algum trabalho nesse sentido aqui Lenon?*] ... - Já, já fez, de convocar os trabalhadores, de explicar a situação e há uma grande parte que é formalizada aqui, entendeu?! Outra parte não... não se interessa mesmo porque o nosso foco hoje, Válber, a nossa preocupação aqui, é fazer, é construir esse espaço, é fazer essa reforma o mais rápido possível aqui [*o EP está, na atualidade, passando por uma reforma empreendida pela prefeitura de Belém*], entendeu?! Então, a gente perde muito o nosso tempo com isso, os trabalhadores cobram muito isso, um espaço melhor pra gente poder trabalhar, entendeu?! Mas é... a gente tá viabilizando com o poder público, na hora que iniciar a nossa pretensão que é, iniciou a obra de reforma vai durar quanto tempo? Um ano? Um ano e meio? Nesse intervalo de tempo, formalizar todo mundo, preparar, qualificar e preparar o pessoal, entendeu?! Pra quando voltar pro seu local de trabalho, a nossa intenção é essa, quando retornar pro seu local de trabalho vai pegar o espaço novo, entendeu?! Todo reformado, pronto pra trabalhar e já vai tá com novas ideias, vai tá formalizado, aderido ao *empreendedor individual*, entendeu?! Com linha de crédito, tudo facilitado pra ele, quando chegar ou receber, pra não sentir dificuldade pra fazer as suas venda, entendeu?!...

Uma das consequências objetivas na subjetividade destes agentes é o processo de reconstrução identitária que se observa na atualidade. Cerca de 65,0% destes trabalhadores se apresentam, em termos ocupacionais, com alguma identidade associada ao nome microempreendedor: artesã microempreendedora, comerciante empreendedor, empreendedor individual, mestre artesão microempreendedor individual, microempreendedor individual,



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

microempresária investidora, microempresário, profissional do microempreendedorismo, vendedor microempreendedor.

Esta reconstrução identitária precisa ser compreendida, ao mesmo tempo, como uma tentativa, por parte destes agentes, de se desprender de uma identidade deteriorada (GOFFMAN, 1988), que é a identidade de "camelô", com a qual a sociedade lança sobre eles discriminações, preconceitos e violências simbólicas que legitimam violências físicas na forma de repressões pelos agentes públicos; e, de conquista de capital simbólico, a luta por valorização social, por um *status* de utilidade e importância social.

O breve relato de Ivoneide Silva, que está concluindo seus estudos de ensino médio, sobre uma experiência com seus colegas em sala de aula, é ilustrativo do abandono da identidade deteriorada de "camelô" pela de microempreendedor como estratégia de acumulação de capital simbólico. Segundo o seu relato, “quando você diz que é microempreendedor os olhos das pessoas apresentam uma feição de alegre e feliz, mas quando fala que é camelô, aí parece que o nível baixa de... de expressão, rápido muda, né?”. O colega de atividade que a acompanha, Reginaldo, completou da seguinte forma o depoimento:

O nome microempreendedor é bonito, o projeto é bacana, tem ajudado muito a gente [...]. Mas assim, sempre.... sempre as pessoas têm aquele olhar assim, meio atravessado, meio discriminado, sabe?!... A gente já conquistou muita coisa já, já temo, né?! Melhorando aos poucos, né?!... Mas sempre tem aquela visão da sociedade... **[Ele faz uma breve pausa e eu pergunto: qual visão, Reginaldo? E ele responde]**... a visão que esse cara aí é... esse cara não tem nome, esse cara não tem uma profissão, eee.... não tem nenhuma formação, assim que é esse tratamento, né?!... não tem aquela, né?!, não tem aquela, não tem aquele curso profissional, num é nem um doutor, não é formado, né?!... ééé, então, tem aquela visão assim a nosso respeito... mas já mudou bastante [...].

Portanto, observa-se um claro movimento de reconstrução identitária entre estes trabalhadores que está diretamente associado ao abandono de uma identidade deteriorada e à conquista de capital simbólico. Outrossim, este movimento precisa ser compreendido como parte do movimento geral de reestruturação socioeconômica e cultural impulsionado pela dinâmica do capitalismo flexível. Como notam Costa, Barros e Carvalho (2011, p.190), a disseminação desta cultura empreendedora faz parte de um movimento global de ressignificação que se confunde:

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

com: (a) novos processos de socialização e qualificação para o trabalho; (b) os resultados pretendidos de uma reestruturação produtiva que reduz o considerado emprego padrão (registrado, formal e protegido); e (c) um projeto político alternativo ao trabalho assalariado (COSTA, BARROS, CARVALHO, 2011, p.190).

## 4.2. MUDANÇAS DE *HABITUS*

Outra importante mudança observada na subjetividade prática dos agentes em questão está a ocorrer na estrutura de *habitus*, os desejos e disposições interiorizadas. Esta mudança também está associada ao fortalecimento da cultura empreendedora entre eles e se manifesta no avanço de desejos ascensionais, na própria disposição de se consolidar como "empreendedor" e na fragilização das disposições para o trabalho assalariado.

As disposições ascensionais são significativas no contexto de uma atividade informal como o comércio praticado por trabalhadores autônomos, dada a lógica de subsistência que a permeia. É significativo que, entre os entrevistados, estas disposições sejam mais presentes junto aos trabalhadores mais jovens, que compõem o contingente de novos informais. O relato a seguir, de um destes trabalhadores que compõem o contingente de novos informais, é ilustrativo deste processo de mudança de *habitus* que acompanha o fortalecimento da cultura empreendedora entre estes agentes. Na primeira parte, o entrevistado descreve como se sentia quando trabalhava nas vias públicas:

quando eu trabalhava nas vias públicas eu me via como um fracassado, assim! Eu não tinha uma vida, assim! Eu me perguntava todo dia... poxa, todo mundo diz: “- quando eu crescer eu quero ser isso”. Até hoje eu não sei o que é isso, eu não sabia me definir, afinal, o que é que eu vou ser, né! O que é que eu sou, num é?! Eu era... um vazio totalmente, que me tomava, eu, eu me sentia perdido nisso... é verdade!... Com quarentaaa... não!... com trinta e nove anos, todos os dias eu perguntava para mim mesmo, afinal, como é que eu me defino, o que é que eu sou realmente... né?... Eu não sou um doutor, um engenheiro, ou professor, eu não tenho uma profissão, sou só artesão. Mas eu me sinto vazio, ainda não tinha um amor pela própria vida... não me sentia nada... só me sentia uma pessoa que todo dia tinha de sobreviver, para alimentar o corpo, vivendo por viver... (TEOTÔNIO, 2012).

Em seguida, ele descreve como se sente, agora, trabalhando no EP e as suas expectativas para o futuro:

Hoje é... me vejo como comerciante. Antes disso, eu não tinha nada, eu vivia...! Eu só sei que aqui é só um passo para coisas maiores, para não ficar parado, porque... a gente tem que pensar grande, né?! Eu penso grande. Isso aqui é piquinho ainda pra o que eu quero, né?! E eu vou chegar lá. E o meu objetivo é chegar... é chegar lá, porque é uma meta. Hoje eu tenho uma meta que vou seguir. Eu que... eu quero ter

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

uma loja grande. Eu quero não, eu vou ter. Olha a diferença do querer e pra quem vai ter, né?! Então eu digo, eu vou ter uma loja, eu vou ter uma loja e vou sair daqui pra coisa maior e, digo mais ainda, e é por pouco tempo isso (TEOTÔNIO, 44 ANOS, TRABALHADOR DO ESPAÇO PALMEIRA).

"Pensar grande", estabelecer "metas" para seguir, objetivos que projetam "coisas maiores" não podem ser entendidos apenas como discurso de momento: são expressões do enraizamento da cultura empreendedora, da reconstrução subjetiva dos significados e da racionalidade de uma atividade que busca romper com a lógica objetiva e subjetiva da subsistência, classicamente baseada na manutenção inalterada do estoque de capitais.

Outra tendência cultural entre estes agentes é a fragilização das disposições para o trabalho assalariado. De modo geral, cerca de 49,0% dos agentes pesquisados neste estudo, isto é, dos trabalhadores do EP, afirmam que não gostariam de trabalhar, sob nenhuma hipótese, com registro em carteira.

Porém, para dar mais segurança na afirmação de que vem ocorrendo uma fragilização das disposições para o assalariamento entre estes trabalhadores, dividiu-se eles em duas categorias: a de informais clássicas e a de novos informais, sendo os primeiros aqueles que entraram até 1989 na atividade, e os segundos aqueles que entraram após 1990.

O resultado desta divisão revelou que entre os informais clássicos a disposição para o trabalho com registro é bem superior à dos novos informais: 64,5% dos primeiros dizem estar dispostos a trabalhar com registro em carteira, enquanto que entre os novos informais este percentual é de 51,5%.

Subjacente a estas disposições ascensionais e à fragilização das disposições para o trabalho registrado está, vale ressaltar mais uma vez, o fortalecimento da cultura empreendedora. Ocorre que esta cultura é o substrato ideológico da fase flexível ou globalizada do capitalismo. Deste modo, plasmada a esta cultura, está o dismantelamento das bases objetivas e subjetivas da sociedade salarial (CASTEL, 2005).

Este modelo de sociedade não se generalizou por toda a estrutura social no Brasil e, também, em Belém, dada a elevada manutenção de grande parte da força de trabalho em atividades informais ou não reguladas. Contudo, mesmo não tendo se generalizado

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

objetivamente, o assalariamento sempre foi uma referência subjetiva válida para a maioria da população trabalhadora.

Esta crise do assalariamento fica melhor caracterizada com outras representações sociais que estes agentes possuem. É o que se verá adiante.

## 4.3. MUDANÇAS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Das representações sociais mais importantes entre estes trabalhadores, duas se destacam como sintoma das mudanças na sua atividade prática perante a reconfiguração socioeconômica local: a cultura da liberdade e da autonomia, e a representação negativa do mercado de trabalho local.

A cultura da liberdade é, efetivamente, uma representação positiva que estes trabalhadores fazem da sua atividade. Esta representação positiva está associada à ideia de liberdade e autonomia que desfrutam como trabalhadores autônomos e, concretamente, ela se evidencia em diversas imagens sobre o seu próprio fazer, tal como apresenta o quadro 2 a seguir.

<b>Quadro 11.</b> Aspectos positivos e negativos apontados pelos trabalhadores do Espaço Palmeira sobre o comércio informal autônomo. Belém, 2014.			
<b>Aspectos positivos da atividade</b>	<b>Total (%)</b>	<b>Aspectos negativos da atividade</b>	<b>Total (%)</b>
Não ter patrão	44,5	Ausência de direitos trabalhistas	46,7
Fazer o próprio horário	42,2	Renda incerta e outras incertezas	35,6
Ter autonomia/liberdade/independência	37,8	Trabalhar todos os dias	15,6
Ter dinheiro todo dia	31,1	Trabalhar muitas horas por dia	13,3
Sobreviver e alimentar a família com ela	15,6	Local impróprio	4,4
Fazer a própria renda	8,9	Descaso do poder público	4,4
Possibilita um trabalho criativo	6,7	Conflitos entre os trabalhadores	4,4
Tudo é positivo	2,2	Não pensa em coisas negativas para não atrair coisas ruins	2,2
Ganhar mais do que no mercado formal	2,2	Para quem quer vencer não existe dificuldade	2,2
Não pagar imposto	2,2		

Fonte: Pesquisa de campo

Os componentes concretos desta que chamamos aqui de cultura da autonomia e da liberdade são "não ter patrão", "fazer o próprio horário", "ter autonomia, liberdade,

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

independência", "ter dinheiro todo dia", "fazer a própria renda", "possibilita um trabalho criativo". Estas representações da própria atividade reforçam disposições não somente para permanecer, mas também para a entrada nesta atividade. Para todos os efeitos, não se encontram instalados nesta atividade por conta da coerção exercida pelas condições e falta de oportunidades na estrutura social à qual pertencem, mas sim por um certo exercício da liberdade possível nos limites da mesma.

Lembremos de que estes agentes são oriundos das camadas mais subalternas da sociedade. Muitos transmitem estas representações para seus descendentes, divulgam entre seus familiares, amigos e relações de modo geral. Neste caso, o fortalecimento desta cultura e destas representações pode estar ocorrendo, de modo geral, no seio destas camadas subalternas às quais pertencem estes trabalhadores.

Diversamente, quando estes trabalhadores se reportam ao mercado de trabalho local, pelo menos aos postos de emprego destinados a pessoas com a sua formação e qualificação, a referência é sempre negativa, tal como o relato a seguir ilustra:

Olha, com vinte e dois anos, quando o meu pai morreu, eu trabalhei na Microlins, um curso que tinha ali na ban... em cima do Banco do Brasil, com venda por telefone, né?!... eu trabalhei lá, sem ser essa Microlins de hoje, isso há, vinte anos atrás, eu acho. Eu trabalhei na LBV um tempo, na LBV também com venda, né?! Trabalhei também com venda aqui na Yamada [*na Yamada era vendedora também?, pergunto*] também vendedora, diz ela... aí depois eu trabalhei, trabalhei, num escritório de contabilidade... aí depois... **só que, em toda essa trajetória, eu sempre costurei e ganhei dinheiro, e eu cheguei a uma linda conclusão, que eu trabalhando pra mim não era preciso eu ser escrava, que esse povo é tudo estressado, mal amado, pensa que a gente é escravo, não existe uma troca: eu faço isso pra você, você me paga e petê saudações! Eles pisam em você, chama você disso e daquilo, de caralho, desculpa a expressão, mas é a realidade** [*no caso, os patrões é?, pergunto, no que ela responde*] os patrões, pelo menos o único lugar onde existia assim uma, uma relação legal era na LBV, entendeu? Porque eles realmente tratava você como ser humano, eles achava que você vendia sua mão-de-obra, eles lhe pagava e todo mundo estava no mesmo nível. Os outros locais, pelo menos que eu trabalhei, existia uma coisa assim de hierarquia, né, essa coisa, e eu não me agradava, eu achava estressante (CORINA CAMPOS, 43 anos, Trabalhadora do EP).

Esta visão negativa do mercado de trabalho regulado local é compensada, assim, pela visão positiva da atividade informal que exercem. Em conjunto, estas representações se alimentam e tendem a se fortalecer à medida em que a cultura da sociedade salarial se fragiliza e a cultura empreendedora, juntamente com os desejos ascensionais, avançam.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura econômica brasileira nos anos noventa levou a um processo de reestruturação econômica, tecnológica e empresarial que se verificou também na sociedade belenense. Em nível local, além dos impactos sobre as atividades econômicas reguladas, as novas dinâmicas econômicas também impactaram as atividades informais.

Notadamente, no comércio informal praticado por trabalhadores autônomos, os dados deste estudo dizem que os impactos do capitalismo flexível se fizeram presentes tanto nas suas práticas objetivas quanto nas suas subjetividades práticas. Nas práticas objetiva, por meio do aumento do contingente de trabalhadores na atividade, da alteração das estratégias de venda, de organização política e espacial da categoria. Por sua vez, os impactos nas subjetividades práticas destes agentes ocorreram no nível das identidades ocupacionais, dos *habitus* e das representações sociais.

Subjacente a estas transformações, está a crise da sociedade salarial belenense nas suas dimensões objetivas e subjetivas. As conquistas jurídicas e políticas da categoria e a elevação do estoque de capital simbólico refletem não somente a crise da sociedade salarial belenense, mas também a flexibilização e a reestruturação desta sociedade com a paulatina incorporação e o reconhecimento desta categoria de trabalhadores como partes legítimas da sua estrutura.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lia Matos Brito de. **Habitus, representações sociais e construção identitária dos professores de Maracanaú**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

ALEXANDRE, Marcos. Representações sociais: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n°23, p.122-138, jul./dez./ 2004.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed., Londrina: Praxis, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações práticas**. Em aberto, Brasília, ano 14, n°61, p.60-78, jan./mar. 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. *In:* ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Orgs). **O avesso do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. *In:* GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p.43-81. Disponível em: [http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_02.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf). Acesso em: 21/02/2014.

BASTOS, L. C. Construção e reconstrução de identidade em interações de trabalho. *In:* SOUZA-E-SILVA, M. C. P; FAÏTA, D. **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

BARCARENA, Depoimento (11 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, 96, II, p.105-115, jul. 2013.

\_\_\_\_\_. BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007c. p.65-69.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. *In:* ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Escritos de educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 5ª ed., Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria dos sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 1992.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 179-197, mar./abr. 2011.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

- DUBAR, C. **A Socialização**: Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FECOMÉRCIO. **A evolução da classe média e o seu impacto no varejo**: diagnósticos e tendências. São Paulo: FISCHER2, 2012.
- FEREJOHN, Jonh; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), vol.16, nº45, fev. 2001.
- FREITAS, Raimundo Heleno Rosa. Depoimento (11 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.
- \_\_\_\_\_. Depoimento (17 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012b.
- \_\_\_\_\_. Depoimento (21 de setembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012a.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.
- GRACILEIDE, Depoimento (11 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.
- JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, nº 69, p.147-172, 2006.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NAHON, S.; HOLANDA, F. Onde o cinturão aperta: integração e segregação em Belém. **Anais Seminário de história da cidade e urbanismo**, ANPUR, v.6, nº2, 2000. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/801/776>. Acesso em: 15/02/2014.
- NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**: o lado Brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo. ¿ Es necesario aún el concepto de informalidade?. **Perfiles Latino americanos**, 13, dez. 1998, p.55-71.
- \_\_\_\_\_. Globalización y neoinformalidad em América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 135, ene./feb. 1995, p.36-41.
- \_\_\_\_\_. Los nuevos escenarios laborales em América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 143, may./jun. 1996, p.20-29.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (Vol. II).
- PIRES, Válber de Almeida. **Informalidade, precarização do trabalho e exclusão social**: um estudo dos Camelôs do Centro Comercial de Belém. Monografia (Monografia de



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Conclusão de Curso), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os camelôs e a sociedade:** um estudo dos camelôs do Centro Comercial de Belém pelo enfoque teórico da integração social. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RAMALHO, Raimundo. Depoimento (15 de março de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço da 25 de Setembro, 2014.

WILLIAN, Antônio. Depoimento (31 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

## ANEXO



**Mapa.** O quadrilátero que forma o centro comercial de Belém e a localização dos espaços de comércio informal autônomo na área. Belém, 2014.